

Estudo aprova fixação da Estrutural

DF - Cidade Estrutural

EIA-Rima que começa a ser debatido hoje sugere regularização da área, com restrições ambientais e limite de moradores

GUILHERME QUEIROZ

A invasão da Estrutural, que teve uma violenta explosão populacional em meados da década de 1990, pode ser assentada no local, acomodando toda a sua atual populações (de 25 mil moradores), desde que seja executado um complexo plano de urbanização e tomadas medidas de controle ambiental, como por exemplo a desativação do Aterro Sanitário (Lixão).

A sugestão consta do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima), concluídos em janeiro, que serão apresentados à comunidade durante a primeira audiência pública que tratará do futuro da atual invasão, hoje, no Ginásio de Esportes do Cruzeiro, às 15h.

Embora se limite ao plano sugestivo – cabe ao governo local

negociar com os moradores, Câmara Legislativa e órgãos ambientais –, o estudo considera a permanência dos 25 mil habitantes no local, mediante uma reurbanização radical do assentamento, a alternativa mais viável. Esse cenário prevalece sobre outros dois analisados nas mais de 500 páginas do EIA-Rima.

Um deles, a permanência do assentamento nas condições atuais foi considerado “inequivocadamente inviável” sob o risco de recrudescimento das tensões sociais e do agravamento dos impactos ambientais. O outro cenário, a remoção total dos moradores, re-

cebe pouca atenção no estudo por considerar que a medida apenas transferiria o problema de lugar.

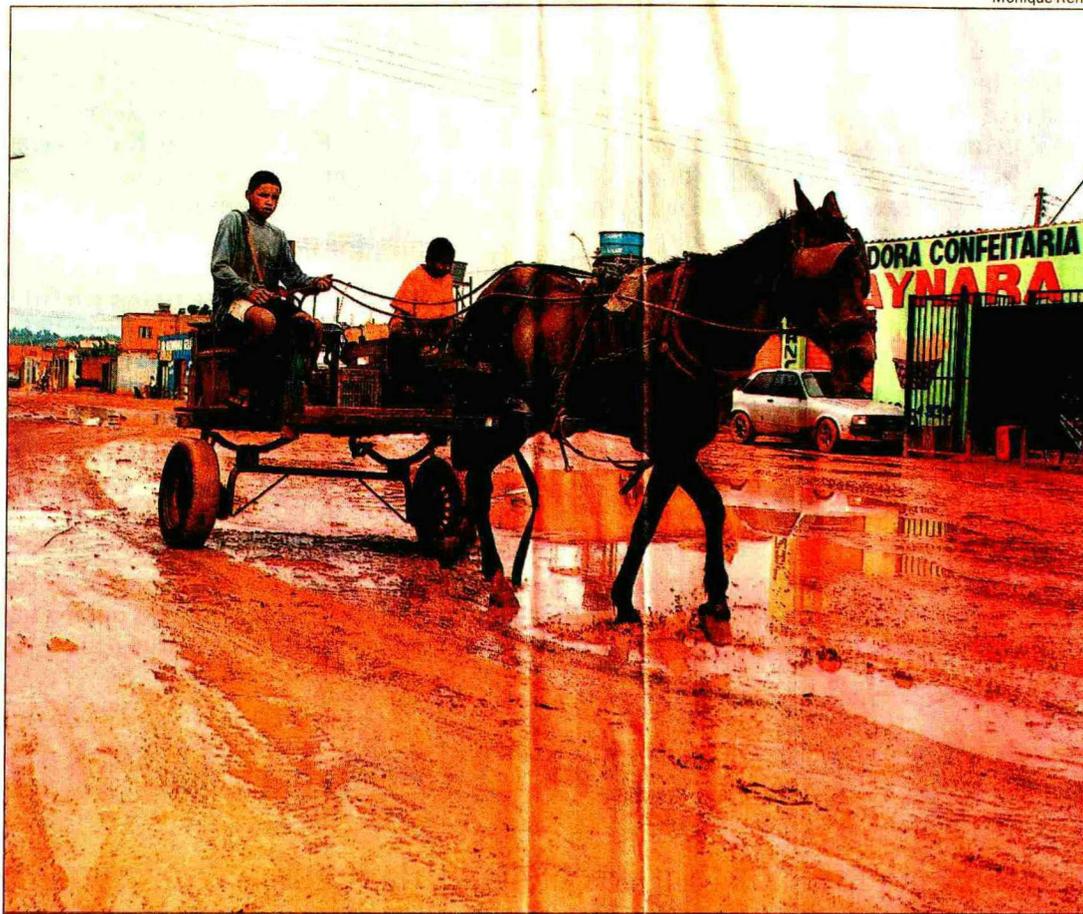
Na prática, a adoção do cenário recomendado pelo EIA-Rima implica na execução de um complexo conjunto de medidas para sanar um quadro de caos urbano construído durante anos de ocupação desordenada. Para tanto, além de execução de um plano urbanístico para desfavelizar a Estrutural, o estudo recomenda ainda uma série de restrições do uso do solo para alcançar uma convivência ambientalmente harmoniosa com o vizinho Parque Nacional de Brasília.

Entre elas está a desativação do Lixão, por exemplo, considerada primordial para a execução dos planos de urbanização da Vila Estrutural. No espaço que separa a vila e o aterro, deve ser mantida uma “faixa-tam-

pão”, que serviria também para frear incursões clandestinas sobre terras públicas e para evitar maiores danos ambientais ao parque.

Algumas adaptações urbanísticas, como o direcionamento das águas pluviais, são consideradas essenciais para minimizar os impactos ambientais da Estrutural. A rede deve ser desenhada de forma que os efluentes não escoem para dentro do PNB e que as matas ciliares do córregos próximos (Vicente Pires, Valo...) sejam reflorestadas, para evitar assoreamento.

guilherme.queiroz@jb.com.br



Monique Renne

ESTRUTURAL sofreria muitas mudanças, inclusive com a criação de lotes para habitações coletivas

Desativar o Lixão é pré-requisito

Para que a Vila Estrutural possa se transformar em uma cidade, o Aterro Sanitário do Jóquei terá de ser desativado. Próximo de atingir o limite de sua capacidade, a sobrevida do Lixão não deve ultrapassar dois anos, segundo sugere o EIA-Rima. Segundo o estudo, a desativação do aterro no prazo máximo de dois anos é primordial para a execução da urbanização planejada da Estrutural. Caso contrário, “ficam comprometidas todas as medidas previstas com relação ao planejamento da

ocupação e dos sistemas de infraestrutura necessários”.

O estudo aponta ainda a necessidade da elaboração emergencial de um projeto de seleção de uma nova área para tratamento e disposição do lixo produzido no DF e outro para a recuperação ambiental do aterro. O EIA-Rima estabelece os parâmetros a serem observados na implantação do novo aterro, como impermeabilização do solo e a localização fora de qualquer unidade de conservação.

O estudo constata também

que o problema do lixo não se restringe aos limites do Lixão. Cerca de 3% da população da Estrutural ainda sobrevivem dos refugos despejados nas proximidades da vila. Além de buscarem sustento no próprio aterro, recorrem a depósitos clandestinos localizados nas chácaras adjacentes ao Parque Nacional de Brasília destinados à reciclagem de refugos. Algumas delas, segundo o EIA-Rima, devem ser desconstituídas e os moradores transferidos para outras áreas rurais do DF.

Mudança urbanística será total

Uma completa reconfiguração urbanística terá que anteceder a regularização da Estrutural. Ruas serão redesenhadas, becos serão desobstruídos e quadras inteiras serão extintas antes que a infra-estrutura básica possa ser instalada. Em conjunto com a urbanização, estão previstas, ainda, medidas para atenuar os efeitos da ocupação nas áreas de conservação mais próximas.

Para a tarefa, devem ser aplicados os parâmetros estabelecidos no Plano de Ocupação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), que prevê a construção de equipamentos públicos – escolas, postos de saúde, delegacias – e de um parque urbano, além da expansão das quadras 4, 6 e 8, o que possibilita a criação de 260 lotes.

Por outro lado, a Seduh defende a desconstituição das quadras 15, 16 e 17 para recompenção ambiental, o que geraria um déficit de 275 lotes. Uma das soluções propostas é a destinação de alguns lotes para habitações coletivas. O EIA-Rima, por sua vez, considera positivo o Plano de Ocupação elaborado pela Seduh. Ressalta, entretanto, que algumas medidas vão contra determinações legais. Entre elas, a destinação de lotes, voltados para habitações coletivas, em área onde há permanências de lixo.